



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ISMÊNIA POLIANY GONÇALVES LOBO

**AUDITORIA INTERNA: Um Estudo Comparativo da Visão dos Auditores e dos
Controllers nas Cooperativas de Crédito em um Sistema Norte Nordeste**

JOÃO PESSOA
2014

ISMÊNIA POLIANY GONÇALVES LOBO

**AUDITORIA INTERNA: Um Estudo Comparativo da Visão dos Auditores e dos
Controllers nas Cooperativas de Crédito em um Sistema Norte Nordeste**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientadora Prof.^a: Ms. Vera Lúcia Cruz.

**JOÃO PESSOA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L799a Lobo, Ismênia Poliany Gonçalves.

Auditoria interna: um estudo comparativo da visão dos auditores e dos controllers nas cooperativas de crédito em um sistema Norte-Nordeste./ Ismênia Poliany Gonçalves Lobo. – João Pessoa: UFPB, 2014.
65f.: il.

Orientador: Prof^a. Ms. Vera Lúcia Cruz.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Auditoria Interna . 3. Auditores e Controllers. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU (1. ed.): 657.6(043.2)

ISMÊNIA POLIANY GONÇALVES LOBO

**AUDITORIA INTERNA: Um Estudo Comparativo da Visão dos Auditores e dos
Controllers nas Cooperativas de Crédito em um Sistema Norte Nordeste**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora MS. Vera Lúcia Cruz
Instituição: UFPB

Professora MS. Danielle Karla Vieira e Silva
Instituição: UFPB

Professora Dr. Maria Sueli Arnoud Fernandes
Instituição: UFPB

João Pessoa, 06 de março de 2014.

Dedico este Trabalho a minha mãe, Izaura Gonçalves de Lira, ao meu esposo Fábio Evangelista da Silva e a minha filha Emily Bianca Gonçalves Silva pela dedicação, apoio e compreensão em cada momento da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua bondade e infinita misericórdia e por está sempre guiando meus caminhos;

A minha mãe pela dedicação e amor. Por está presente em todos os momentos da minha vida, pelo seu apoio, carinho e sempre acreditar que seria capaz. Te amo.

Ao meu eterno namorado Fábio Evangelista da Silva pela ajuda, paciência e compreensão para concretização deste trabalho.

A minha filha Emily pelos momentos de compreensão quando estive ausente, quando deixei de brincar para estudar. Você é minha força para que eu continue a buscar o melhor. Mamãe te ama muito!

Aos meus irmãos e sobrinhos Isamarc, Iasnaya, Iwska, Igor, Iasmym, Luan e Gabriel pelo apoio.

Aos meus amigos da Universidade, Roza, Manu, Jana, Lando, Márcia, Celi e Suzany pelos momentos de alegria, companheirismo fazendo com que essa jornada ficasse mais divertida.

E as feiosas Elise, Anabel, Kelly e Alanne pela força e por escutarem as minhas aflições para concretização deste trabalho.

A minha orientadora Vera Lúcia Cruz, por toda dedicação e aprendizado.

Aos outros que contribuíram direto ou indiretamente para a conclusão deste curso.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

As cooperativas de crédito vêm ao longo dos anos ganhando o seu espaço no que diz respeito à prestação de serviços financeiros. As cooperativas são instituições sem fins lucrativos, cuja missão é prestar serviços aos seus associados. Este estudo teve como objetivo identificar a visão dos auditores e *controllers* em relação à auditoria interna em um Sistema de Cooperativas de Crédito Norte Nordeste. A amostra da pesquisa foi composta por 08 auditores e 22 *controllers* respondentes. A metodologia utilizada no estudo contemplou a pesquisa bibliográfica em livros e artigos. Quanto aos objetivos a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e descritiva realizada através de questionário aplicado com os auditores e *controllers* das cooperativas. A presente pesquisa buscou verificar qual a visão dos auditores e *controllers* em relação à auditoria interna em vários aspectos: a importância da auditoria interna dentro do sistema, a participação da auditoria interna na tomada de decisão, os principais benefícios trazidos pela auditoria, o nível de confiança da auditoria interna, a qualidade dos serviços prestados pela auditoria e o relacionamento entre os auditores e os gestores dentro da cooperativa de crédito. A partir da análise dos dados conclui-se que, a auditoria interna é vista pelos auditores e *controllers* de forma positiva, não só por exigência do BACEN, mas como forma de auxílio para tomada de decisões, fornecendo informações fidedignas. O estudo ressalta também os principais benefícios trazidos pela auditoria, como a verificação do cumprimento das normas internas e dos órgãos reguladores, a diminuição de fraudes, a identificação dos riscos do negócio, entre outros.

Palavras - Chave: Cooperativas de Crédito, Auditoria Interna, Auditores e *controllers*.

ABSTRACT

Credit unions have over the years earning its space with respect to the provision of financial services. Cooperatives are nonprofit whose mission is to provide services to their members. This study aimed to identify the views of auditors and controllers in relation to internal audit in a System of Credit Unions North Northeast. The research sample consisted of 08 auditors and 22 respondents controllers. The methodology used in the study included a literature search in books and articles. As to the objectives the research literature is characterized as descriptive and conducted through a questionnaire applied to the controllers and auditors of cooperatives. This research analyzes which vision of auditors and controllers in relation to internal audit in several aspects: the importance of internal audit within the system, the involvement of internal audit in decision making, the main benefits brought by the audit, the level of expectations of internal audit, the quality of services provided by audit and the relationship between auditors and managers within the credit union. From the data analysis it was concluded that the internal audit is seen by the auditors and Controllers positively, not only by the requirement of the Central Bank, but as a way to aid decision-making by providing reliable information. The study also highlights the key benefits brought by the audit, such as the verification of compliance with internal standards and regulatory bodies, the reduction of fraud, identification of business risks, among others.

Keywords: Credit Unions, Internal Audit, auditors and controllers.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI: Associação Cooperativa Internacional

AUDIBRA: Instituto dos Auditores Internos do Brasil

BACEN: Banco Central do Brasil

BANCOOB: Banco Cooperativo do Brasil

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CMN: Conselho Monetário Nacional

NBCT: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

OCB: Organização das Cooperativas do Brasil

PED: Processamento Eletrônico de Dados

SICRED: Sistema de Crédito Cooperativo

SFN: Sistema Financeiro Nacional

SICOOB: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

WOCCU: Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do número de Cooperativas de Crédito no Brasil	22
Figura 2 - Organograma do Cooperativismo de Crédito no Brasil.....	25
Figura 3 - Organograma do Sistema Unicred.....	27
Figura 4 - Organograma da estrutura Organizacional da Unicred.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exigência da Auditoria Interna	46
Gráfico 2 - Principais Benefícios trazidos pela Auditoria Interna	47
Gráfico 3 - Periodicidade da Auditoria Interna.....	49
Gráfico 4 - Importância do Relatório elaborado pela Auditoria	50
Gráfico 5 - Conscientização dos Administradores sobre a Importância do Controle Interno	53
Gráfico 6 - Participação da Auditoria Interna na Tomada de Decisão.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Instituições Autorizadas por Segmento.....	23
Tabela 2 - Quantidade de Instituições do SFN por Tipo.....	23
Tabela 3 - Consolidação do Sistema Cooperativo de Crédito	25
Tabela 4 - Perfil dos Respondentes – Auditores	43
Tabela 5 - Perfil dos Respondentes – <i>Controllers</i>	44
Tabela 6 - Perfil das Cooperativas - Central e Singulares.....	46
Tabela 7 - Importância da Auditoria Interna dentro da Cooperativa	48
Tabela 8 - Nível de Confiança da Auditoria Interna.....	48
Tabela 9 - Relacionamento entre os Auditores e <i>Controllers</i>	51
Tabela 10 - Qualidade dos Serviços de Auditoria	52
Tabela 11 - Cruzamento entre as respostas dos Auditores e <i>Controllers</i>	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Tema da Pesquisa	14
1.2	Problema da Pesquisa	15
1.3	Objetivos	16
1.3.1	Objetivo Geral.....	16
1.3.2	Objetivo Específico.....	16
1.4	Justificativa da Pesquisa	16
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1	Cooperativas de Crédito	18
2.1.1	História do Cooperativismo.....	18
2.1.2	Cooperativismo de Crédito	20
2.1.2.1	Sociedades Cooperativas.....	20
2.1.2.2	Cooperativismo de Crédito no Brasil	21
2.1.3	Sistemas Cooperativos de Crédito	24
2.1.3.1	Sicred	26
2.1.3.2	Sicoob.....	26
2.1.3.4	Unicred	27
2.2	Auditoria Interna	28
2.2.1	Normas de Auditoria	30
2.2.1.1	Papéis de Trabalho da Auditoria.....	34
2.2.1.2	Fraude e Erro.....	35
2.3	Auditor Interno x <i>Controller</i>.....	36
2.3.1	Auditor Interno	36
2.3.2	<i>Controller</i>	37
3	METODOLOGIA.....	40
3.1	Classificação da Pesquisa.....	40
3.2	Características do Universo e Amostra da Pesquisa	40
3.3	Descrição das Etapas da Pesquisa	41
3.4	Coleta de Dados.....	42

4	RESULTADO DA PESQUISA.....	43
4.1	Perfil dos Respondentes.....	43
4.2	Perfil das Cooperativas.....	45
4.3	Percepção dos Respondentes sobre a Auditoria Interna	46
4.4	Dificuldades e o Desempenho do Trabalho da Auditoria Interna na Apresentação dos seus Resultados.....	50
4.5	Participação da Auditoria Interna na Tomada de Decisão	53
5	CONCLUSÃO.....	55
5.1	Limitações da Pesquisa	56
5.2	Sugestões para Futuros Trabalhos.....	56
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema da Pesquisa

Ao longo dos anos as cooperativas foram ganhando espaço no mercado financeiro. A necessidade de mais recursos fez com que aumentasse a busca de créditos e com isso o surgimento de novas cooperativas, com objetivos comuns, o de fornecerem crédito, e demais serviços aos seus associados. No Brasil as cooperativas de crédito são equiparadas as instituições financeiras (Lei 5.764/71) e com a criação da constituição de 1988 foram consideradas como Integrantes do Sistema Financeiro Nacional. São regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Segundo o BACEN (2013), a cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, com o objetivo de prestar serviços aos seus associados.

Conforme BACEN (2013), o Brasil em dezembro de 2013 consta cerca de 1.192 cooperativas de crédito, ligadas aos sistemas SICOOB, UNICRED, CECRED, CONFESOL e UNIPRIME.

Com a expansão das cooperativas de crédito ao longo dos anos passou a existir a necessidade de criar instrumentos de monitoramento de normas e métodos mais eficazes de controle, objetivando salvaguardar os seus ativos.

Conforme Almeida (2010), a administração da empresa com a expansão dos negócios sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades.

A auditoria interna surge como uma atividade necessária para verificar, fiscalizar, conferir, inspecionar os trabalhos executados, tendo em vista testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial, com o intuito de mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, sendo considerada como elemento de controle.

A auditoria interna é considerada como um conjunto de procedimentos técnicos que tem como objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais

da entidade. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

Visto que a auditoria interna dá suporte aos administradores em relação à avaliação sobre a posição patrimonial e as informações financeiras, este trabalho tem como objetivo identificar qual a visão dos auditores e *controllers* em relação aos benefícios, importância, qualidade e desempenho da auditoria.

1.2 Problema da Pesquisa

Atualmente, o ambiente das organizações vem demandando cada vez mais a adoção de medidas e técnicas de acompanhamento e controles com o objetivo de minimizar falhas e evitar problemas que coloquem em risco a imagem da entidade.

Devido ao crescimento constante das empresas, surgiu a necessidade de que as empresas prestem contas da gestão financeira e administrativa, e que afirmem que os controles e as rotinas de trabalho estejam sendo cumpridos, estes controles de fiscalização são feitos pela auditoria interna.

Tendo em vista o crescimento das cooperativas de crédito e a necessidade de monitoramento de suas atividades através da auditoria interna, o presente estudo chegou ao seguinte questionamento: Qual a percepção dos auditores e *controllers* em relação à auditoria interna realizada nas cooperativas de Crédito em um Sistema Norte Nordeste?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral:

Evidenciar a percepção dos auditores e *controllers* em relação à auditoria interna realizada nas Cooperativas de Crédito em um Sistema Norte Nordeste.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Relatar a importância da auditoria interna, na visão dos auditores;
- Relatar a importância da auditoria interna, na visão dos *controllers*;
- Verificar qual a participação da auditoria interna no processo de tomada de decisões;
- Verificar quais os principais benefícios trazidos pela auditoria.
- Verificar as dificuldades do trabalho da auditoria interna e o seu desempenho nos resultados apresentados

1.4 Justificativa da Pesquisa

As cooperativas de crédito estão presentes no Brasil há 100 anos, se tornando uma alternativa financeira segura e eficaz. Segundo as informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN (2013), as cooperativas de créditos representam o 7º lugar em ativos. Segundo o Woccu (Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito), atualmente o cooperativismo de crédito no Brasil destaca-se como sendo a 14ª posição do mundo em expressão no ramo de crédito.

Neste cenário as cooperativas de crédito vêm se firmando e movimentando parte significativa dos recursos financeiros da economia mundial, fazendo com que ocorra o desenvolvimento econômico e financeiro da região que atuam.

A Paraíba lidera o ranking do cooperativismo de crédito nordestino, dados divulgados pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB. Atualmente é considerada líder do cooperativismo de crédito do Nordeste, segundo estudos feitos pelo SICOOB, com base em dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil. (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2013).

As cooperativas de crédito participam ativamente do fortalecimento da economia, da democratização de crédito e da concentração de rendas. O crescimento constante nas cooperativas de crédito Norte Nordeste, seja em quantidade, tamanho, produtos e serviços fazem com que os controles e as rotinas de trabalho exijam eficiência e eficácia nos controles internos.

Os administradores das empresas, com a necessidade de expansão dos negócios e com o objetivo de reduzir conflitos de interesse entre os proprietários e administradores da empresa, sentiram a necessidade de enfatizar as normas e procedimentos internos. Entretanto, era necessário criar instrumentos de fiscalização que incluíssem: controle interno, conselho de administração, auditoria independente e entre outros.

A auditoria interna, considerada como controle interno, é a principal atividade conceituada para a preservação e manutenção da qualidade dos controles internos. Dessa forma, o estudo deverá identificar qual a importância da auditoria interna para as cooperativas de crédito na visão dos auditores e dos *controllers*.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira apresenta a revisão da literatura que versa sobre as cooperativas de crédito. Na segunda, consta a revisão da literatura feita sobre a Auditoria Interna e a terceira seção traz os auditores internos e as pessoas que são auditadas (*Controllers*).

2.1 Cooperativas de Crédito

2.1.1 História do Cooperativismo

Cooperativismo originou-se da palavra cooperação. Está fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos.

O cooperativismo pode ser definido como uma forma de organização econômica fundamentada na cooperação e parceria para o alcance de determinados objetivos (UNICRED NORTE NORDESTE, 2013).

Em 1937 e 1966, ocorreram dois congressos internacionais promovidos pela ACI (Associação Cooperativa Internacional), foram analisadas e debatidas as normas para estrutura e funcionamento do cooperativismo, onde definiram sete princípios cooperativistas, que tiveram como base princípios morais de conduta, os quais com a evolução e a modernização do cooperativismo e da economia mundial, foram reestruturados e adaptados à realidade atual, e são usados por todos os ramos do cooperativismo:

- 1º Adesão Voluntária e livre: aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de gênero, classes sociais, raciais, políticas e religiosas, desde que atenda os requisitos previstos no estatuto da cooperativa e que o faça de forma livre e espontânea;
- 2º Controle democrático ou gestão democrática: os cooperados têm direito a um voto independente da sua participação financeira. As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros que participam na tomada de decisão.

- 3º Participação econômica dos sócios: os sócios participam ativamente da situação financeira da cooperativa, através da integralização e subscrição de quotas partes, onde pode ser estabelecido em seu estatuto social um valor mínimo de subscrição. Os cooperados usufruem de todos os resultados obtidos, seja com investimentos feitos ou através dos resultados no final de cada exercício;
- 4º Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações autônomas, não podem vincular-se a nenhuma entidade ou pessoa estranha ao seu quadro de cooperados. Elas que decidem suas atividades, missão, objetivos e metas. Não existindo interferência governamental. Podem firmar convênios com outras entidades, desde que mantenha sua autonomia e controle democrático com seus associados.
- 5º Educação, Formação e Informação: As cooperativas devem investir na educação de seus membros, e de seus representantes e trabalhadores, objetivando a formação, capacitação e qualificação, para que todos possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. As cooperativas devem informar aos cooperados e ao público em geral a natureza e vantagens da cooperação.
- 6º Intercooperação: Esse princípio busca o fortalecimento da cooperativa, através da união dos membros das cooperativas, como também da interação entre as cooperativas locais, regionais, nacionais e internacionais.
- 7º Interesse pela comunidade: As cooperativas tem a preocupação com a comunidade trabalhando para o seu desenvolvimento sustentável submetendo-se a políticas aprovadas pelos cooperados. A cooperativa não pode ser voltada exclusivamente para o mercado, visando obtenção de lucros, sua doutrina está voltada para o cooperativismo.

As cooperativas de crédito são organizações fundamentadas em princípios, estes orientam a vida da cooperativa, determinam o comportamento dos seus membros, estabelecendo os valores que regem o cooperativismo.

2.1.2 Cooperativismo de Crédito

2.1.2.1 Sociedades Cooperativas

As sociedades cooperativas diferenciam-se das demais sociedades anônimas, das sociedades limitadas, comandita simples, comandita por ações, pois é uma sociedade de pessoas, não sujeita a falência e sem fins lucrativos.

As sociedades cooperativas são constituídas de acordo com a Lei 5.764/71, que define cooperativa como sendo “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

A referida Lei também diferencia as cooperativas das demais sociedades pelas seguintes características:

- I. Adesão voluntária, com número ilimitado de associados;
- II. Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III. Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado;
- IV. Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V. Singularidade de voto;
- VI. Quórum para funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital social;
- VII. Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII. Indivisibilidade do Fundo de Reserva;
- IX. Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X. Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Dessa forma, as cooperativas de crédito foram criadas, voltadas para prestação de serviços aos seus cooperados, tratados de forma igualitária, com o intuito de obter vantagens para os seus associados.

2.1.2.2 Cooperativismo de Crédito no Brasil

No Brasil a primeira cooperativa de crédito surgiu em 1902, por iniciativa do Padre suíço Theodor Amstad que se uniu com 19 pessoas e fundaram a 1ª Cooperativa de Crédito da América. Essa cooperativa foi denominada do tipo “Raiffeisen”, conforme o Portal Do Cooperativismo (2013), “As cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo e, embora adotem ajuda mútua, admitem auxílio de caráter filantrópico.”

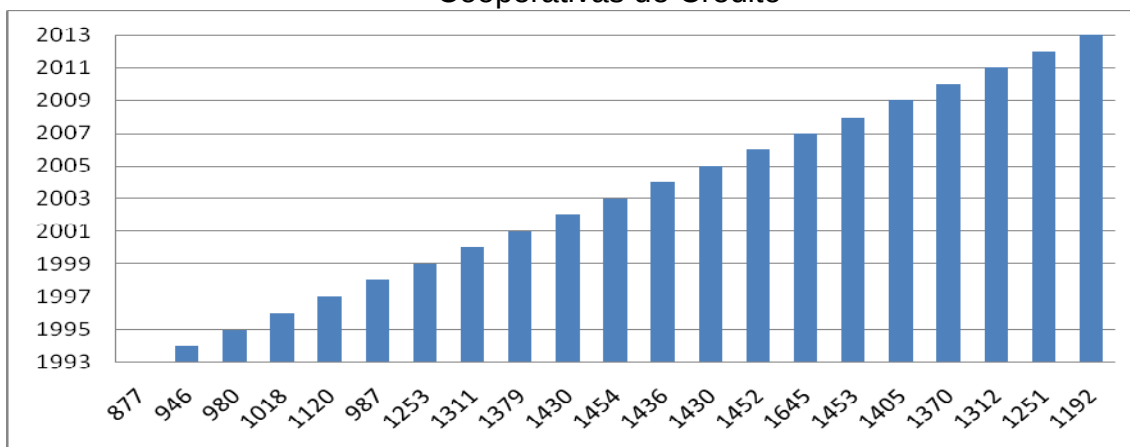
Em 1906 foi fundada em Lajeado/RS também pelo Padre Amstad a 1ª cooperativa de livre admissão, cujo modelo foi considerado “Luzzati”, denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado.

Ao longo dos anos outros modelos de cooperativas foram criados como HAAS, WOLLEMBORG e DESJARDINS todas inspiradas no modelo Raiffeisen e Luzzatti.

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas, no entanto, foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que em seu artigo décimo dispôs que as sociedades cooperativas poderiam ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita. O Decreto do Poder Legislativo nº 22.239, 19 de dezembro de 1932, reformou o decreto supracitado no que tange as cooperativas de crédito. Regulamentou a criação de cooperativas centrais e criou cooperativas de crédito singulares.

Ao fim de 1961, existiam no Brasil 511 cooperativas de crédito, com cerca de 547.854 associados. O Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, sobrestou as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito. Após essa data, verificou-se um declínio no número de instituições, conforme figura 1, que somente seria revertido cerca de vinte anos depois. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Figura 1 – Evolução do número de Cooperativas de Crédito no Brasil
Cooperativas de Crédito



Fonte: Adaptação BACEN – Evolução do Segmento (2013).

Com o advento da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as cooperativas de crédito equipararam-se às demais instituições financeiras e em seu artigo 55, atribuiu ao BACEN, o funcionamento e a fiscalização das cooperativas de crédito, mas foi com a Lei 5.764 de dezembro de 1971 que as cooperativas passaram a ter mais estabilidade, contando com um código específico e completo.

De acordo com Sobrinho e Bastos (2009, p. 18):

Com a edição da Lei 5.764, de 16, de dezembro de 1971, conhecida como Lei Cooperativa, iniciou-se o processo de mais estabilidade, pois as cooperativas passaram a contar com proteção de um código específico e completo, que estabelece a Política Nacional do Cooperativismo.

A constituição de 1998, em seu art. 192, inclui as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional – SFN.

Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram

Neste contexto, as cooperativas de crédito vêm apresentando uma crescente representação no SFN, demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de Instituições Autorizadas por Segmento

Segmento	Sigla	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2014
		Jan	Fev	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Banco Múltiplo	BM	137	137	137	137	135	135	131	131	132	132	132	132
Banco Comercial ^{1/}	BC	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Banco de Desenvolvimento	BD	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica Federal	CE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	BI	14	14	13	13	15	15	14	14	14	14	14	14
Banco de Câmbio	B Camb	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	CFI	58	58	58	58	58	58	58	58	58	58	58	58
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	CTVM	94	94	93	93	93	93	93	93	92	92	92	91
Sociedade Corretora de Câmbio	CC	58	59	61	62	62	62	61	62	62	62	62	62
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	DTVM	118	118	118	119	119	119	117	115	114	115	115	115
Sociedade de Arrendamento Mercantil	SAM	30	30	30	30	31	30	29	29	28	28	28	28
Sociedade de Crédito Imobiliário ^{2/} e Associação de Poupança e Empréstimo	SCI e APE	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte	SCM	39	39	39	38	38	38	39	37	37	38	38	39
Agência de Fomento	AG FOM	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16
Companhia Hipotecária	CH	7	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
subtotal		611	612	613	614	615	614	606	603	602	604	604	604
Cooperativa de Crédito	COOP	1.251	1.246	1.237	1.231	1.230	1.223	1.214	1.212	1.210	1.201	1.192	1.190
subtotal		1.862	1.858	1.850	1.845	1.845	1.837	1.820	1.815	1.812	1.805	1.796	1.794
Sociedade Administradora de Consórcio	CONS	218	212	210	208	204	203	202	202	200	200	199	198
Total		2.080	2.070	2.060	2.053	2.049	2.040	2.022	2.017	2.012	2.005	1.995	1.992

Fonte: BACEN – Evolução da Estrutura do SFN (2014)

As cooperativas de crédito estão distribuídas por região, conforme quadro abaixo:

Tabela 2 – Quantidade de Instituições do SFN por Tipo

(continuação)

Unidade da Federação / Região		BM	BC	BD	CE	BI	B Camb	CFI	CTVM	CC	DTVM	SAM	SCI e APE	SCM	AG FOM	CH	COOP	CON SÓR CIO	Total
Alagoas	AL									1			1		1		11	1	15
Bahia	BA	3							4	3	2			1	1		41	2	57
Ceará	CE	1						1	2		2			3			7	2	18
Maranhão	MA																5	1	6
Paraíba	PB													1			17	2	20
Pernambuco	PE	4							1	3	1		1	2	1		14		27
Piauí	PI														1		3		4
Rio Grande do Norte	RN									1					1	1	7	2	12
Sergipe	SE	1															2	4	7
Nordeste		9	0	0	0	0	0	1	7	8	5	0	2	7	5	1	107	14	166
Acre	AC																4		4
Amapá	AP														1		1		2
Amazonas	AM									2				1	1		9		13

Unidade da Federação / Região		BM	BC	BD	CE	BI	B Camb	CFI	CTVM	CC	DTVM	SAM	SCI e APE	SCM	AG FOM	CH	COOP	CON SÓR CIO	Total
Pará	PA	1	1							1				1			24	1	29
Rondônia	RO																25		25
Roraima	RR														1		1		2
Tocantins	TO														1		2		3
Norte		1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	4	0	66	1	78
Distrito Federal	DF	2	1		1			1			2	1	1				18	9	36
Goiás	GO														1		43	6	50
Mato Grosso	MT														1		24	1	26
Mato Grosso do Sul	MS												1	1			10		12
Centro-Oeste		2	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1	2	1	2	0	95	16	124
Espírito Santo	ES	1		1				3	1		1						33	5	45
Minas Gerais	MG	6	1	1		1		1	9		7	1	2	7			204	20	260
Rio de Janeiro	RJ	9	3	1		3		2	15	7	29		1	3	1	1	62	8	145
São Paulo	SP	89	15			10	3	27	52	31	63	24	2	12	1	4	257	65	655
Sudeste		105	19	3	0	14	3	33	77	38	100	25	5	22	2	5	556	98	1105
Paraná	PR	6	1					6	3	5	4	1		3	1	1	125	25	181
Rio Grande do Sul	RS	9		1				13	4	6	1	1	2	1	1	1	123	23	186
Santa Catarina	SC							4		2	3			3	1		118	21	152
Sul		15	1	1	0	0	0	23	7	13	8	2	2	7	3	2	366	69	519
Totais		132	22	4	1	14	3	58	91	62	115	28	11	39	16	8	1190	198	1992

Fonte: BACEN – Distribuição Geográfica das Instituições do SFN (2014)

O Sistema Cooperativo de Crédito em 2003 encontrava-se estruturado com dois bancos cooperativos, um múltiplo e o outro comercial.

Todas essas mudanças e normas ao longo dos anos representam modificações nas diretrizes da constituição e funcionamento das cooperativas de crédito, produzindo alterações na sua estrutura, ampliando a oferta de serviços financeiros e com isso, estimulando a concorrência.

2.1.3. Sistemas Cooperativos de Crédito

As cooperativas de crédito segundo a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras são dividida em 05 blocos, entre os principais estão Sicredi, Sicoob e Unicred.

Segundo Abramoway (2004), o Sicredi, o Sicoob e a Unicred são os maiores sistemas de cooperativas de crédito do Brasil. Elas detêm cerca de 75% do total de cooperativas, destacado na tabela a seguir:

2.1.3.1 Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo

O Sicredi originou-se no Rio Grande do Sul e espalhou-se por todo o território brasileiro. Atualmente conta com cerca de mais de dois milhões de cooperados. É composto por 113 cooperativas de crédito, quatro centrais, Confederação, Banco Cooperativo Sicredi e a Fundação Sicredi.

As cooperativas de crédito do Sicredi são organizadas em sistema, assegurando uma marca corporativa forte e crescimento em todos os níveis. (SICRED, 2013)

O Banco Sicredi é o primeiro banco cooperativo autorizado a funcionar no Brasil, com o objetivo de oferecer especialidade e ganho de escala as cooperativas integrantes do sistema, atuando como instrumento para acessar o mercado financeiro, administrar os recursos e desenvolver produtos corporativos e políticas de comunicação (SOUSA, 2006).

Segundo o SEBRAE (2009), “A Fundação Sicredi tem como objetivo estruturar, desenvolver e coordenar programas de educação que promovam o cooperativismo de crédito e a formação de associados.”

2.1.3.2 Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

As cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob são instituições financeiras sólidas e seguras, regulamentadas pelo BACEN o qual fazem parte: a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda, o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), 15 Cooperativas Centrais, 521 Cooperativas Singulares. (SICOOB, 2013)

De acordo com Souza (2006, p. 88):

O Banco Cooperativo do Brasil S.A – Bancoob é um banco comercial que presta serviços e oferece produtos financeiros às entidades componentes do Sicoob e oferece produtos financeiros às entidades componentes do Sicoob, de acordo com a Circular 3.226 do Banco Central do Brasil, de 18 de fevereiro de 2004. O Bancoob tem como acionistas as cooperativas centrais e singulares. É o banco cooperativo do Brasil i foi criado para ampliar as possibilidades de negócios, facilitar os processos financeiros e criar novas oportunidades e soluções. O resultado dessa aliança é o aumento da movimentação financeira, maior centralização de recursos – com melhores resultados nas aplicações – e maior rentabilidade para todos os integrantes do Sicoob.

2.1.3.3 Unicred

O Sistema Unicred surgiu em 1989 no Rio Grande do Sul é uma instituição financeira cooperativa, formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, normatizadas pela legislação cooperativista e Sistema Financeiro Nacional - SFN. (UNICRED, 2013)

Atualmente possuem cerca de duzentos e nove mil e novecentos associados, composta por 61 cooperativas singulares e 07 centrais. Segue organograma do sistema. (UNICRED, 2013)

Figura 3 – Organograma do Sistema Unicred



Fonte: Unicred Norte Nordeste, (2013)

No dia 06 de dezembro de 1993, as Unicreds Alagoas, Belém Centro Pernambucana, Fortaleza, João pessoa, Mossoró, Natal e Recife decidiram se unir em torno da criação da Unicred Central Norte Nordeste, cujo objetivo é representar suas filiadas e contribuir para seu desenvolvimento sustentável, fomentando o cooperativismo de crédito.

2.2 Auditoria Interna

Com a evolução do sistema capitalista, as empresas tiveram que investir em desenvolvimento tecnológico, bem como aprimorar seus controles internos, entretanto, não adiantava um excelente sistema de controle interno sem que houvesse verificação dos mesmos, neste contexto surge a auditoria interna.

A Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional, em seu artigo 2º, determina que a atividade de auditoria interna deva fazer parte do sistema de controles internos, como também disciplina quem pode exercê-la e a sua subordinação.

A auditoria interna surge como uma atividade de assessoramento e desenvolvimento com a finalidade de assegurar à eficácia dos controles internos e auxiliar a administração na tomada de decisões.

Segundo Velter e Missagia (2012, p. 98):

A Auditoria interna compreende exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, além de gerenciamento de risco, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A auditoria interna tem como objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis e operacionais da entidade, auxiliando os membros da administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas (CREPALDI, 2007).

Além dos seus objetivos a auditoria interna tem como missão básica, assessorar a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, através de exames, Jund (2006) elenca os seguintes:

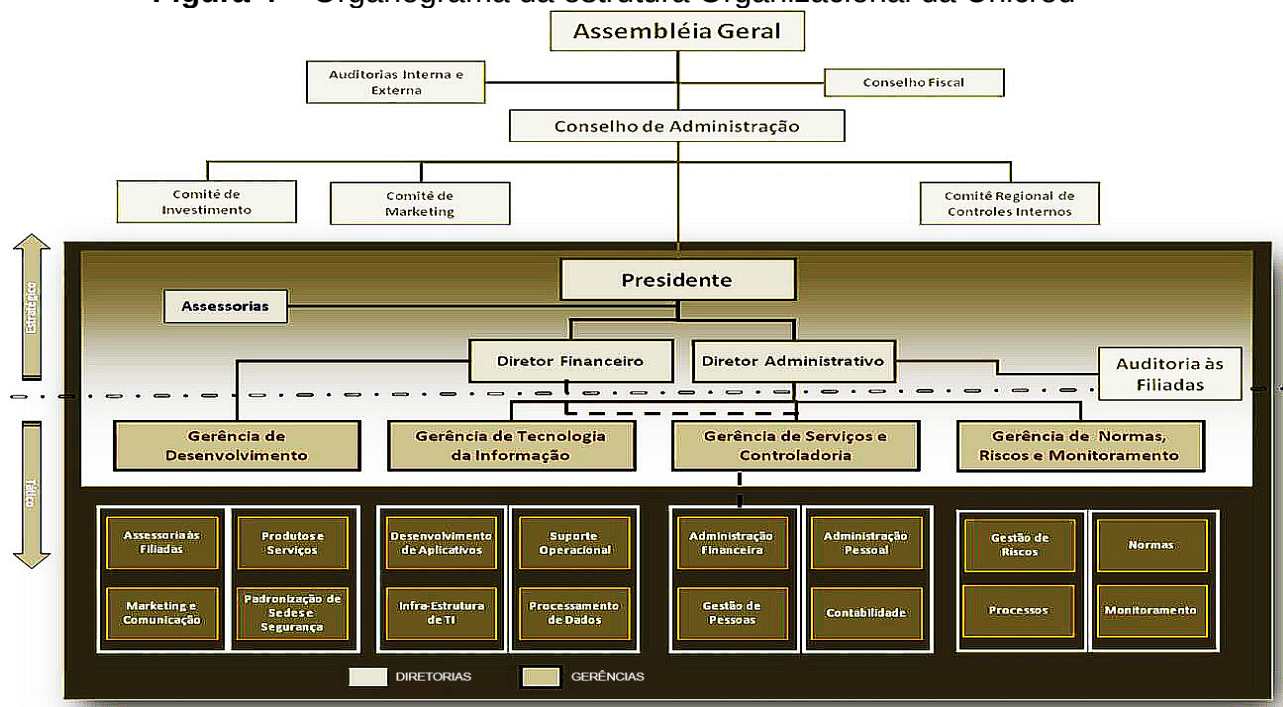
- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade e confiabilidade das informações e registros;
- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância de políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e sua efetiva utilização;

- Eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos; dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos;
- Compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos;
- Assessorar e aconselhar a direção em todos os níveis, fazendo recomendações sobre diretrizes, planos, sistemas, procedimentos, operações e transações;

Segundo a NBC-T-12 (2003) “A auditoria interna é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade, nesta norma denominada de auditor interno”.

O auditor interno é um empregado da empresa e não deve está subordinado aqueles cujo trabalho examina, para não interferir na sua independência. Segue como exemplo a figura 4, que mostra a estrutura hierárquica geral de uma cooperativa de crédito:

Figura 4 – Organograma da estrutura Organizacional da Unicred



Fonte: Unicred Norte Nordeste (2013)

A auditoria interna nas cooperativas de crédito está posicionada dentro da organização sem vínculos como os demais setores, com o intuito de preservar sua

independência, subsidiando a Assembleia Geral. A missão da auditoria interna é, por conseguinte, bastante ampla e praticamente envolve toda estrutura organizacional.

A auditoria interna, portanto, agrega valor dentro da organização, contribuindo para prover informações e verificar o grau de aderência às normas estipuladas pela entidade, bem como, padrões, normas e princípios cabíveis a cada ramo de atividade.

2.2.1 Normas de Auditoria

As normas de auditoria representam os requisitos básicos relacionados, a serem observados no desempenho do trabalho de auditoria.

Franco e Marra (2001, p. 56) definem as normas de auditoria como sendo:

As normas de auditoria são regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções. Elas estabelecem conceitos básicos sobre as exigências em relação à pessoa do auditor, à execução de seu trabalho e ao parecer que deverá ser por ele emitido.

No Brasil as normas e padrões aplicáveis à auditoria interna são emitidos pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA e o *Institute of Internal Auditors– IIA*, definem e sugerem os procedimentos específicos de auditoria que devem ser seguidos pelos seus membros.

Em 2003, o CFC aprova a NBC - T – 12 a qual estabelece as atividades e os procedimentos técnicos a serem observados quanto à realização dos trabalhos de auditoria interna.

Segundo a lei os procedimentos a serem observados para a execução dos trabalhos são:

I. Planejamento da Auditoria Interna:

Planejar é fundamental em qualquer atividade, é uma das etapas mais importante do ciclo administrativo (planejar, organizar, coordenar e controlar).

O planejamento da auditoria é a etapa do trabalho no qual o auditor estabelece cuidadosamente a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade,

estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames desempenhando uma auditoria eficaz (JUND, 2006).

Conforme a NBC-T-12.2.1.1 (2003) “O planejamento de auditoria interna compreende os exames preliminares da Entidade, para definir a amplitude do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração.”

O planejamento deve ser elaborado pelo auditor de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e levar em consideração fatores relevantes para a execução dos trabalhos, determinados pela NBC-T- 12.2.1:

- a) o conhecimento detalhado dos sistemas contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
- b) a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados;
- c) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos exames da auditoria interna;
- d) o uso do trabalho de especialistas e outros auditores;
- e) os ciclos operacionais da entidade relacionados com o volume de transações e operações;
- f) o conhecimento das atividades operacionais da entidade, como suporte para a análise eficaz dos procedimentos e sistemas de contabilidade de custos que estão sendo aplicados para acompanhar e controlar o uso e o consumo de recursos, visando verificar a existência de desvios em relação as rotinas estabelecidas ;
- g) o conhecimento da execução orçamentária, tanto operacional como de investimentos, no sentido de verificar a exatidão de apropriação dos valores, se os desvios estão sendo controlados e se as conseqüentes ações corretivas estão sendo aplicadas.

O planejamento deve estar documentado e os programas preparados, detalhando os procedimentos que serão aplicados. O planejamento quando bem elaborado diminui o risco do trabalho de ser ineficaz e ineficiente.

II. Risco da Auditoria Interna

Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis que contêm erros ou classificações indevidas (CARVALHO, 2008).

Os riscos devem ser analisados na fase de planejamento do trabalho, e devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos:

- Verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, considerando o volume ou complexidade das transações e das operações;
- Extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

III. Procedimentos da Auditoria Interna

Os procedimentos de auditoria são considerados como sendo o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião. (JUND, 2006).

De acordo com Crepaldi (2007), “Procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem os teste de observância e os testes substantivos”.

Segundo a NBC-T- 12.1.2 (2003)

Os procedimentos de auditoria são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações. Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento. Os testes substantivos visam a obtenção de evidência quanto a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

O trabalho de auditoria quando aplicável deve ser observado os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade, a legislação tributária, trabalhista e societária, bem como o cumprimento das normas reguladoras a que a entidade estiver sujeita (VELTER e MISSAGIA, 2012).

IV. Amostragem

O processo de amostragem consiste na obtenção de informações sobre um todo (população), examinando apenas uma parte do mesmo (amostra).

Na determinação da amostra, uma das maiores preocupações do auditor é que a amostra seja representativa, isso é essencial para que as conclusões sejam alcançadas fidedignamente (CARVALHO, 2008).

O auditor pode utilizar amostragem não estatística, amostragem estatísticas ou ambas, a escolha baseia-se no custo/benefício. Amostragem estatística pode ser adequada quando a população a ser auditada é grande e amostragem não estatística pode ser uma amostra grande ou pequena, o auditor quem determina avaliando os resultados subjetivamente e com sua própria experiência.

V. Processamento Eletrônico de Dados – PED

Processamento eletrônico de dados tem implicações importantes para a coleta de evidências da auditoria.

A utilização de processamento eletrônico de dados utilizado pela entidade requer que exista, na equipe de auditoria interna, profissional com conhecimento suficiente sobre a tecnologia da informação e os sistemas de informações utilizados. (NBC-T-12.2.5.1, 2003)

O auditor deve considerar as implicações de processamento eletrônico de dados quando os registros eletrônicos substituem evidência documentária, devendo avaliar não somente se tal prática afeta saldos materiais de contas e classes materiais de natureza, época de realização e extensão dos procedimentos de auditoria, e para a constituição da equipe que irá realizar o trabalho. (BOYNTON *et. al.*, 2009)

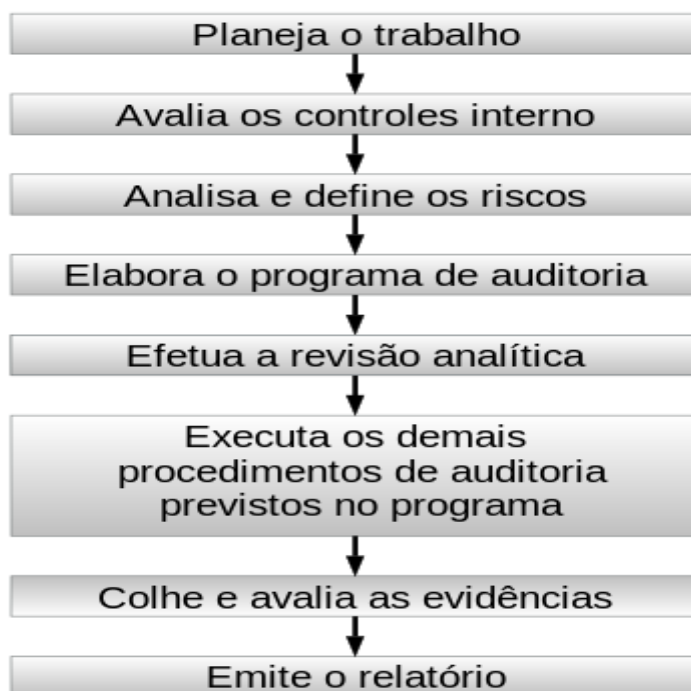
VI. Relatório da Auditoria Interna

O relatório é um documento apresentado pela auditoria no final dos seus trabalhos, devendo ser regido com objetividade e imparcialidade, o qual expressa suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.

Conforme NBC-T-12.3.3 (2003) o relatório deve abordar, no mínimo, os seguintes pontos:

- O objetivo e a extensão dos trabalhos;
- A metodologia adotada;
- Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão;
- Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria;
- A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas;
- Os riscos associados aos fatos constatados; e
- As conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.

Para que o auditor alcance seus objetivos Jund (2006) ilustra as etapas do processo de auditoria ao qual devem ser seguidas, através do diagrama abaixo:



2.2.1.1 Papéis de Trabalho da Auditoria

A auditoria interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho. A NBC-T-12/03 define como sendo “O conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor interno que consubstanciam o trabalho executado”.

De acordo com Velter e Missagia (2012, p. 98):

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros de fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte a sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, a oportunidade e da extensão dos procedimentos de auditoria interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

Os objetivos dos papéis de trabalho são:

- Auxiliar na execução dos exames;
- Evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas;
- Servir de suporte para os relatórios;
- Fornecer um meio de revisão para os supervisores;
- Determina de o serviço foi efetuado de forma adequada e eficaz;

2.1.1.2 Fraude e Erro

A auditoria interna assessora a administração do que diz respeito à prevenção de fraude e erro.

Segundo Velter e Missagia (2012, p. 99):

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações, tanto em termos físicos quanto monetários. O termo “erro” aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações de entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

As distorções podem originar-se de fraude ou erro, cabe à auditoria assessorar a administração na sua prevenção, no entanto, são de responsabilidade dos administradores e dos diretores da entidade a detecção de fraude e as medidas cabíveis.

2.3 Auditor Interno x *Controller*

O auditor interno e o *controller* atuam dentro das organizações avaliando os controles, otimizando os resultados econômicos da empresa e norteando os gestores para que mantenham a eficácia da organização.

2.3.1 Auditor Interno

Os auditores internos devem observar no desempenho de suas funções, normas e procedimentos, expedidos pelo CFC na Resolução nº 986/03 e nº 781/95.

O auditor tem a função de acompanhar o cumprimento dos procedimentos internos, seguindo os princípios éticos profissionais. O *Institute of Internal Auditors* elenca-os como sendo:

- Integridade: os auditores devem executar seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade;
- Objetividade: os auditores devem exibir objetividade profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre a atividade ou processo examinado;
- Confidencialidade: os auditores respeitam o valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional;
- Competência: os auditores internos aplicam o conhecimento, habilidades e experiência necessárias na execução dos serviços de auditoria.

Para Kataoka *et. al.* (2009) *apud* Borinelli, (2006) a função do auditor interno compreende um conjunto de atividades que se utiliza de procedimentos de exames e verificação documental e de sistemas, com vistas a cumprir os seguintes propósitos:

- a) Revisar, examinar, testar, avaliar e monitorar a estrutura dos sistemas de controles internos, a fim de verificar seu grau de adequação, eficiência e eficácia;
- b) Verificar se os procedimentos, rotinas e políticas internas estão sendo efetivamente seguidos;

- c) Verificar se os processos organizacionais estão sendo executados corretamente;
- d) Verificar se as transações realizadas estão refletidas corretamente nos registros contábeis;
- e) Verificar a acurácia dos relatórios contábeis, econômicos e financeiros para constatar se refletem a realidade da entidade.

O auditor deve desempenhar suas funções cumprindo a ética profissional, seguindo as normas e os procedimentos a serem executados de forma coerente, para que os trabalhos desenvolvidos tenham os seus objetivos alcançados.

2.3.2 Controller

O papel da controladoria é assessorar as diversas gestões da empresa, fornecendo mensurações das alternativas econômicas. Cabe ao *controller* assessorar o principal executivo e os demais gestores na definição estratégica, fornecendo informações rápidas e confiáveis sobre a empresa. (OLIVEIRA *et al.* 2005).

Segundo Mosimann e Fisch (2008, p. 89):

O *controller* faz parte da cúpula administrativa e participa ativamente nos processos de planejamento e controle empresarial. Como gestor, está em posição de exercer o controle por meio do relato e da interpretação de dados relevantes e oportunos, exerce influência sobre as decisões, desempenhando um papel fundamental no direcionamento da empresa aos seus objetivos.

O *controller* deve ser um profissional multifuncional, ou seja, acumulando experiências em diversas áreas (contábeis, financeiras e administrativas). Para Mosimann e Fisch (2008, p. 91), suas funções são:

- Fornecer a informação básica para controle gerencial por meio da formulação de políticas de contabilidade e de custos, procedimentos e padrões, preparação de demonstrações financeiras e manutenção dos livros contábeis, direção da auditoria e controles de custos;
- Orçar e controlar operações e resultados;
- Atividades específicas de controle de:
 - contas gerais, subtítulos e desdobramentos: delinear verificações sobre as finanças da empresa e salvaguardar seus ativos; verificar

faturas, contas a receber e a pagar, controle de pagamentos e recebimentos; e etc.

- estoques;
- estatísticas; e
- impostos
- Preparar e interpretar demonstrações financeiras e relatórios contábeis regulares;
- Fazer auditoria interna;
- Interpretar dados de controle.

O *controller* deve responder ao diretor ou vice-presidente administrativo e financeiro, e têm suas funções diferenciadas do responsável pela aplicação e captação de recursos denominado tesoureiro, ele deve exercer influência junto aos demais gestores (PADOVEZE, 2013).

Segundo Mosimann e Fisch (2008), existem algumas características específicas para que o *controller* desempenhe suas funções de forma eficaz, são elas:

- a) Iniciativa: deve procurar antecipar e prever problemas, fornecendo informações necessárias aos gestores das áreas afetadas;
- b) Visão econômica: deve captar os efeitos econômicos das atividades exercidas em qualquer área, sugerir alterações que otimizem o resultado econômico global e suprir o gestor com as informações necessárias a esse fim;
- c) Comunicação racional: devem fornecer informações as áreas, em linguagem compreensível, simples e útil aos gestores;
- d) Síntese: deve traduzir fatos e estatísticas em gráficos de tendência e em índices, de forma que haja comparação entre os resultados;
- e) Visão para o futuro: deve analisar o desempenho e os resultados passados com vistas à implementação de ações que melhorem o desempenho futuro;
- f) Imparcialidade: deve fornecer informações sobre a avaliação do resultado econômico das áreas, mesmo quando evidenciarem sinais de ineficácia dos gestores;
- g) Ética: deve ter sua conduta profissional formada firmada em valores morais aceitos de forma absoluta e pela sociedade.

Tanto o auditor interno como o *controller* fazem parte das organizações, avaliando os controles e sugerindo procedimentos internos para as instituições. O auditor interno está direcionado para verificação do cumprimento das normas e procedimentos e o *controller* voltado para uma visão mais estratégica dentro da organização, mas ambos com o intuito de assegurar a eficácia da empresa.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa deve ser organizada de forma a obter o entendimento e resolução do problema de pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (1985, p.196), “o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade”.

3.1 Classificação da Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, até meios de comunicação.

Esta pesquisa foi elaborada por meio de revisão bibliográfica, cujas fontes de pesquisa foram livros, normativos, artigos, dissertações, teses, e sites de internet que abordassem o referido assunto.

De acordo com Vergara (2007), quanto à finalidade, esta pesquisa é descritiva e exploratória; e, quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa de campo, bibliográfica, documental e de estudo de caso.

Quanto aos fins ela caracteriza-se como descritiva, pois visa identificar qual a percepção dos auditores e *controllers* em relação à auditoria interna em um Sistema Norte/Nordeste. Caracteriza-se também como levantamento. Segundo Martins e Theóphilo (2009), levantamentos são próprios para os casos em que o pesquisador deseja conhecer as características de pessoas ou grupos. Neste caso foi utilizado como instrumento o questionário aos respondentes os auditores e *controllers*, buscando conhecer suas percepções em relação à auditoria interna em um sistema de cooperativas de crédito Norte Nordeste.

3.2 Características do Universo e Amostra da Pesquisa

O universo da pesquisa consiste em um Sistema de Cooperativas de Crédito das Regiões Norte Nordeste, cujos nomes não foram autorizados à divulgação, composto por uma cooperativa central e 26 cooperativas singulares, onde foi

aplicado um questionário com auditores internos e *controllers* do Sistema Norte Nordeste, com o intuito de alcançar os objetivos propostos. O questionário foi adaptação de um estudo feito pela *Delloite* em 2007 junto a 283 Respondentes classificados como auditores internos e gestores de diversas organizações, com o objetivo de demonstrar o atual cenário da auditoria interna no país, verificar sua importância e os principais benefícios, bem como os desafios e as expectativas existentes.

A amostra deste estudo consiste em 08 auditores que totalizam 100% e 22 *controllers* que totalizam 85%, correspondente a toda população estatística. Em relação aos 04 *controllers* que não participaram da pesquisa, eles não se posicionaram.

A pesquisa não foi presencial devido à localidade das cooperativas que estão distribuídas em vários Estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Salvador, Piauí e Maranhão.

3.3 Descrição das Etapas da Pesquisa

A primeira etapa desta pesquisa constituiu-se em uma revisão da literatura, a fim de levantar material suficiente para o embasamento das teorias utilizadas.

No segundo momento foi elaborado um questionário composto por perguntas fechadas e de múltiplas escolhas destinadas aos respondentes, elaborado no *Google Docs* e enviado via *e-mail*. O mesmo questionário foi aplicado para alvos distintos: aos auditores internos da cooperativa central e aos *controllers* das cooperativas filiadas de todas as cooperativas de crédito de um Sistema das Regiões Norte Nordeste. No terceiro e último momento, foi recepcionado as respostas dos respondentes, colocados em *excel* e feita a análise dos dados, evidenciados através de tabelas e gráficos para facilitar a percepção da análise, visando alcançar o objetivo desejado de forma clara e coerente.

3.4 Coleta dos Dados

Os dados foram coletados através de um questionário com perguntas variáveis, algumas utilizando a escala *likert* e outras utilizando escalas de 1 a 10. As perguntas que utilizaram a escala *likert* foram compostas por cinco pontos, contendo as seguintes opções: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente concordo totalmente, pouca importância, relativa importância, muita importância, extrema importância, nenhuma importância, pouca aceitação, relativa aceitação, muita aceitação, extrema aceitação e nenhuma aceitação.

As perguntas que utilizaram as escalas de 1 a 10, foram classificadas em ordem crescente quanto maior o valor atribuído mais importante à classificação.

O questionário foi dividido em cinco etapas: A primeira etapa destinada aos respondentes (gênero, idade, grau de instrução, formação acadêmica e o tempo de serviço dos respondentes na cooperativa); A segunda etapa trata-se do tempo de atuação das cooperativas no mercado financeiro; A terceira etapa traz a percepção dos respondentes sobre a auditoria interna (exigência da auditoria interna nas cooperativas, os principais benefícios trazidos pela auditoria interna, a importância da auditoria interna dentro da cooperativa, a confiança da auditoria interna, periodicidade da auditoria interna e a importância do relatório elaborado pela auditoria interna); A quarta etapa mostra os aspectos relacionados a fatores que venham dificultar os trabalhos executados pela auditoria interna e o seu desempenho (relacionamento entre os auditores e *controllers*, qualidade dos serviços da auditoria, conscientização dos administradores sobre a importância do controle interno); A quinta etapa consiste na evidência da participação da auditoria na tomada de decisão e a última etapa apresenta um cruzamento entre as respostas dos auditores e *controllers* relacionadas aos objetivos da pesquisa, para evidenciar de forma sintética os pontos mais bem conceituados segundo a visão dos respondentes e os que não foram considerados por eles como relevante.

4 RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em um sistema de cooperativa de crédito Norte Nordeste. Participaram da pesquisa 26 *controllers* das 26 singulares e 8 auditores internos da central que compõem o sistema do estudo em questão, com o objetivo de verificar qual a visão dos auditores e *controllers* em relação a auditoria interna. A pesquisa obteve 100% de respostas no caso dos auditores e dos 26 *controllers* obtivemos 85% de respostas representando um total de 22 respondentes.

Esta etapa do estudo apresenta os resultados obtidos com a aplicação do questionário e a análise descritiva desses resultados. As tabelas e os gráficos foram montados com o intuito de reunir as perguntas que, juntas, formam um conjunto de observações em torno de uma ideia central. Assim, serão analisadas de acordo com as etapas do questionário.

4.1 Perfil dos Respondentes

A primeira parte do questionário evidencia o perfil dos respondentes. No questionário existiam perguntas como: o gênero, a idade, escolaridade, formação acadêmica e tempo de serviço na cooperativa. Esse perfil está demonstrado na Tabela 4 (auditores) e Tabela 5 (*controllers*), apresentadas abaixo:

Tabela 4: Perfil dos Respondentes – Auditores

Características	Descrição	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Gênero dos respondentes	Homem	6	75,0	75
	Mulher	2	25,0	100,0
Idade dos Respondentes	de 18 a 25 anos	4	50,0	50
	de 26 a 35 anos	1	12,5	62,5
	de 36 a 45 anos	2	25,0	87,5
	de 46 anos acima	1	12,5	100,0
Grau de Instrução	Graduação	3	37,5	37,5
	Especialização	4	50,0	87,5
	Mestrado	0	0	87,5
	Doutorado	1	12,5	100,0
Formação Acadêmica	Contabilidade	7	87,5	87,5
	Administração	0	0	87,5
	Economia	1	12,5	100,0
	Outros	0	0	100,0
Tempo de Serviço na Cooperativa	de 01 a 05 anos	4	50,0	50,0
	de 06 a 10 anos	4	50,0	100
	de 11 a 15 anos	0	0	0
	de 16 anos acima	0	0	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Com relação ao gênero dos respondentes, observou-se na tabela 4, que 25% dos auditores referem-se ao gênero feminino e 75% ao gênero masculino. O resultado mostra uma tendência dos auditores internos serem compostos pelo gênero masculino, estes resultados podem ser em virtude da disponibilidade de viagem.

A respeito da idade dos respondentes, observa-se na tabela 4, que os auditores internos têm, em sua maioria entre 18 e 25 anos, mostrando que, os dados apresentados pela pesquisa revelam um ciclo de renovação.

Analizando a escolaridade percebe-se na tabela 4 que 50% dos auditores possuem especialização e 37,5 % graduação e apenas 12,5% possuem doutorado.

Quanto à formação acadêmica dos Respondentes, conforme tabela 4, os auditores possuem sua formação na área contábil apresentando 87,5% e 12,5% na área de economia. Atenta-se para o fato da formação dos auditores está concentrada na área contábil, o que pode ter influenciado no nível de conhecimento em relação aos benefícios e a importância da auditoria interna.

No que concerne há quanto tempo o auditor trabalha na cooperativa, 50% estão entre 1 a 5 anos e 50% entre 6 a 10 anos. Em relação a mudanças de funcionários, as cooperativas conforme os resultados da pesquisa, mostram pouca rotatividade em seu quadro de pessoal.

Tabela 5: Perfil dos Respondentes - *Controllers*

Características	Descrição	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Gênero do respondentes	Homem	9	40,9	40,9
	Mulher	13	59,1	100,0
Idade do Respondentes	de 18 a 25 anos	1	5,0	5,0
	de 26 a 35 anos	10	45,0	50,0
	de 36 a 45 anos	2	9,0	59,0
	de 46 anos acima	9	41,0	100,0
Grau de Instrução	Graduação	8	36,4	36,4
	Especialização	14	63,6	100,0
	Mestrado	0	0	100,0
	Doutorado	0	0	100,0
Formação Acadêmica	Contabilidade	12	54,6	54,6
	Administração	5	22,7	77,3
	Economia	1	4,5	81,8
	Outros	4	18,2	100,0
Tempo de Serviço na Cooperativa	de 01 a 05 anos	6	27,3	27,3
	de 06 a 10 anos	8	36,4	63,7
	de 11 a 15 anos	5	22,7	86,4
	de 16 anos acima	3	13,6	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Para os *controllers*, há uma inversão no que diz respeito ao gênero dos respondentes em relação aos auditores, visualizada na tabela 5, pois percebe-se predominância das mulheres 59,1%, demonstrando que atualmente elas vêm aos poucos ocupando cargos de liderança.

Em relação à idade dos respondentes, demonstrada na tabela 5, dos 22 *controllers* respondentes, 45% enquadram-se na faixa etária de 26 e 35 anos e 41% entre 46 anos acima, quando comparado com os auditores internos os *controllers* apresentam mais tempo de experiência profissional.

Verificando o grau de instrução evidenciado na tabela 5, os *controllers* possuem 63,6% no que se refere à especialização, enquanto 36,4% graduação. Nenhum dos *controllers* possuem mestrado ou graduação.

Quanto à formação acadêmica dos respondentes, conforme tabela 5, os *controllers* apresentam em seus resultados 54,6% na área contábil, 22,7% na área administrativa e 18,2% em outras áreas como: finanças, história e psicopedagogia. Observa-se que, também existe predominância dos *controllers em relação à formação acadêmica*, a maioria também concentra-se na área contábil.

No que tange ao tempo de serviço dos *controllers* na cooperativa, verificasse pela tabela 5, que existe dispersão entre os períodos propostos pela pesquisa, entre 1 a 5 anos representou 27,3%, já no intervalo entre 6 a 10 anos representou um índice maior de profissionais com tempo na empresa, apresentando um percentual de 36,4%. Os índices mais baixos se concentraram entre 11 a 15 anos com um percentual de 22,7% e acima de 16 anos, representando 13,6% dos pesquisados, evidenciando que a maior concentração dos *controllers* apresenta pouco tempo de experiência na gestão de uma cooperativa.

4.2 Perfil das Cooperativas

A segunda parte da pesquisa apresenta o perfil das cooperativas em relação ao tempo de atuação no mercado financeiro. Os resultados desse perfil estão evidenciados na tabela 6.

Tabela 6: Perfil da Central

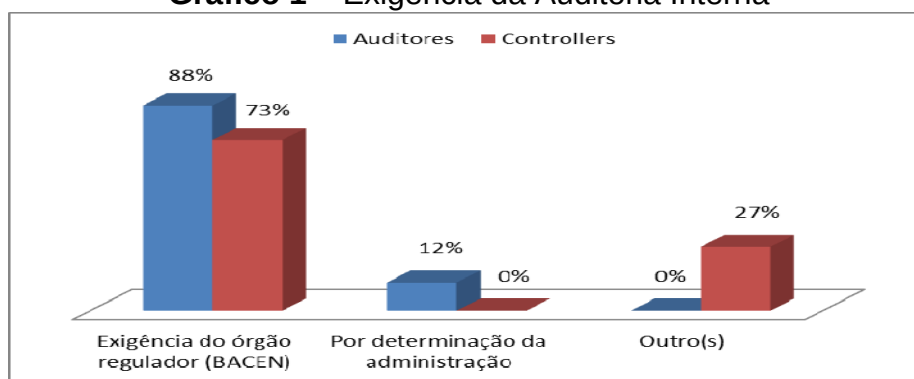
Características	Descrição	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Idade da Cooperativa Central	de 01 a 05 anos	0	0	0
	de 06 a 10 anos	0	0	0
	de 11 a 15 anos	0	0	0
	de 16 anos acima	8	100	100
Idade das Cooperativas Singulares	de 01 a 05 anos	1	4,7	5,0
	de 06 a 10 anos	5	22,7	27,7
	de 11 a 15 anos	2	9,0	37,7
	de 16 anos acima	14	63,6	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A respeito da idade das cooperativas evidencia-se, conforme tabela 06, que a cooperativa central tem entre 16 anos ou mais, mostrando o tempo que a mesma tem no mercado e a sua solidez. Em relação às cooperativas singulares também verifica-se que a maioria 63,6% tem entre 16 anos ou mais, enfatizando o tempo que as cooperativas têm no mercado financeiro e a sua solidez.

4.3 Percepção dos Respondentes sobre a Auditoria Interna

A terceira seção de perguntas coletou a percepção dos respondentes em relação à auditoria interna das cooperativas: exigência da auditoria interna nas cooperativas, principais benefícios trazidos pela auditoria interna, importância da auditoria interna, o grau de confiança da auditoria interna, periodicidade da auditoria e a importância do relatório da auditoria interna. Os resultados referente à exigência da auditoria interna nas Cooperativas de Crédito e estão demonstrados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Exigência da Auditoria Interna

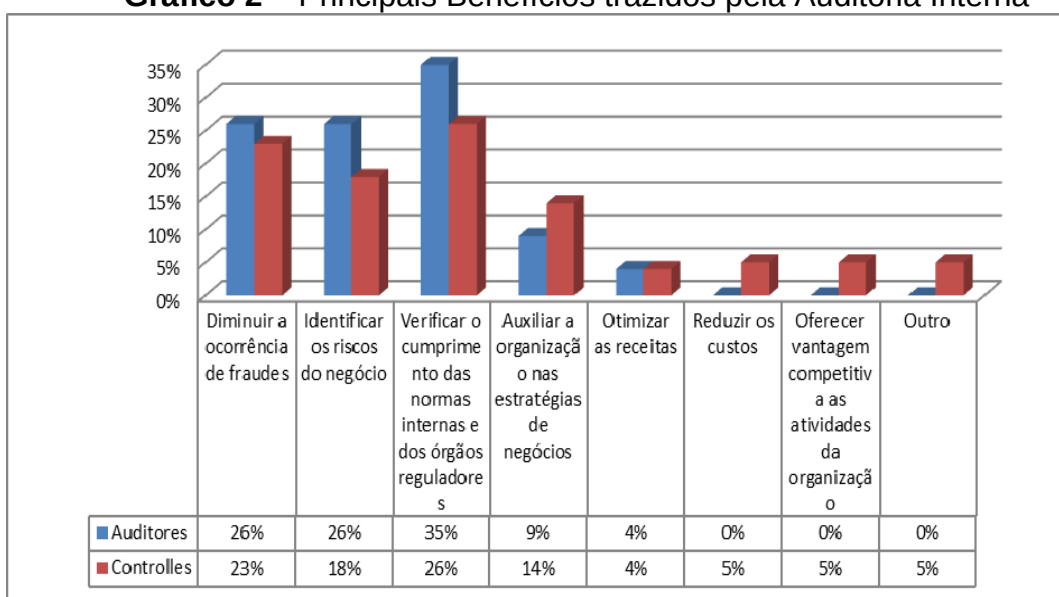
Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A pesquisa aponta que a maioria, 88% dos auditores e 73% dos *controllers* acreditam que a auditoria interna é realizada dentro da cooperativa por exigência do BACEN, conforme Resolução 3.859 art. 41, enquanto 12% dos auditores acham que a auditoria interna é realizada nas cooperativas por exigência da administração e 27% dos *controllers* por outros motivos como: governança, controle, transparência e padronização dos procedimentos.

Observa-se segundo a pesquisa, que para esses profissionais a auditoria interna, ainda é, realizada dentro das organizações por exigência de algum órgão regulador.

Os respondentes foram questionados sobre os principais benefícios da auditoria interna. Os resultados estão expostos no gráfico 2.

Gráfico 2 – Principais Benefícios trazidos pela Auditoria Interna



Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A pesquisa indicou que 35% dos auditores e 26% dos *controllers* acham que os principais benefícios da auditoria interna são: verificar o cumprimento das normas internas e dos órgãos reguladores

Embora a literatura tenda a desvincular a auditoria interna das fraudes, os resultados indicam que para esses profissionais, a auditoria interna ainda continua sendo um dos principais benefícios na diminuição da ocorrência de fraudes, sendo considerado o segundo benefício mais importante para os auditores (26%) e *controllers* (23%). A pesquisa também evidenciou a capacidade da auditoria interna em identificar os riscos de negócio, com 26% na percepção dos auditores e 18% dos

controllers. Os auditores e os *controllers* acreditam que a auditoria também auxilia a organização na tomada de decisões em 9% e 14%, respectivamente. Já em relação à otimização das receitas, tanto os auditores, quanto os *controllers* apresentam um resultado de 4%.

O estudo revela que para os auditores deste seguimento, está claro que a auditoria interna não traz como benefícios a redução de custos e nem oferece vantagem competitiva as atividades da organização.

O estudo buscou evidenciar através de uma escala crescente de 1 a 10, como os auditores e *controllers* pontuam a importância da auditoria interna nas cooperativas de crédito, o resultados estão exibidos na tabela 7.

Tabela 7 – Importância da Auditoria Interna dentro da Cooperativa

Escala de Importância da Auditoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Auditores	0	0	1	0	0	0	0	1	1	5	8
Controllers	0	0	0	0	0	0	0	5	4	13	22

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Os resultados demonstram que os auditores e os *controllers*, no que se refere à importância da auditoria interna, pontuam nos valores mais altos da escala, evidenciando que a maioria dos respondentes atribuem a importância da auditoria nas cooperativas.

O resultado também mostra que dos auditores apenas 13% classificaram a auditoria como escala 3.

Com relação a confiança da auditoria interna, os respondentes responderam conforme os resultados evidenciados na tabela 8.

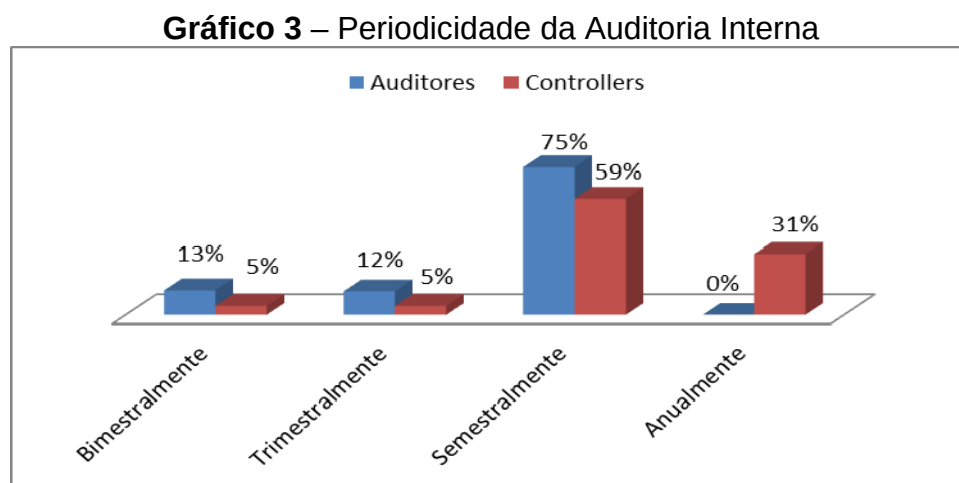
Tabela 8 – Confiança da Auditoria Interna

Escala de Confiança da Auditoria Interna	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Auditores	1	0	0	0	1	0	1	3	0	2	8
Controllers	0	0	1	0	0	0	1	6	9	5	22

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Dos auditores, 38% correspondem a escala 8 e dos *controllers* 41% correspondem a escala 9. Com relação a maior pontuação, que seria, segundo a escala o número 10, apenas 25% dos auditores e 23% dos *controllers* acreditam que a auditoria interna é 100% confiável. No geral, os respondentes consideram a auditoria interna confiável, quanto ao desempenho de suas atribuições. A falta de credibilidade total, algumas vezes está vinculada a falta de conhecimento do trabalho da auditoria interna, as ferramentas utilizadas para a realização do trabalho e a independência da auditoria interna na organização.

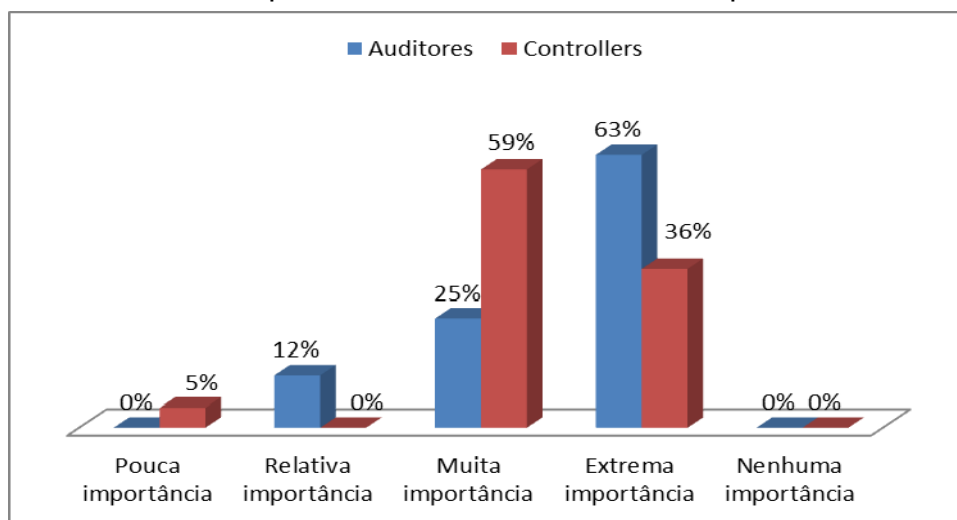
Procurou-se também com a pesquisa, identificar se a frequência em que ocorre a auditoria interna dentro da cooperativa é considerada suficiente, os resultados estão apresentados no gráfico 3.



Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A auditoria interna é feita semestralmente por exigência do BACEN. Os resultados apontam conforme gráfico 3, que 75% dos auditores e 59% dos *controllers* concordam com o BACEN. Os demais auditores e *controllers* subdividem-se em: bimestralmente 13% e 5%, trimestralmente 12 % e 5%, respectivamente, e anualmente apenas os controllers com 31%.

A terceira seção da pesquisa mostra o resultado obtido a respeito da importância do relatório elaborado pela auditoria interna. Este relatório é emitido pelo auditor com seus apontamentos e possíveis soluções para os problemas detectados no decorrer dos seus trabalhos, conforme evidenciado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Importância do relatório elaborado pela auditoria

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Segundo o gráfico 4, os auditores acreditam que os relatórios elaborados pela auditoria são extremamente importantes com 63%, já os *controllers* 36%. Os demais auditores, com um percentual de 25% acham de muita importância, já para os *controllers* esse percentual aumenta para 59%. Os dados apresentam que 12% dos auditores, consideram que o relatório tem relativa importância e 5% dos *controllers* acham que ele tem pouca importância. O gráfico também mostra que nenhum dos respondentes assinalou que o relatório da auditoria não tem nenhuma importância.

4.4 Dificuldades e o Desempenho do Trabalho da Auditoria Interna na Apresentação dos seus Resultados

A quarta seção de perguntas trata-se dos aspectos relacionados a fatores que venham a dificultar a qualidade e o desempenho da auditoria interna na realização dos seus trabalhos.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos auditores é o seu relacionamento com os *controllers*. A pesquisa procurou elencar alguns dos principais pontos, que quais estão evidenciados na tabela 9.

Tabela 9 – Relacionamento entre os auditores e *controllers*

	Discordo Totalmente		Discordo Parcialmente		Indiferente		Concordo Parcialmente		Concordo Totalmente	
	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.
A administração entende completamente a função da auditoria	12%	-	-	-	-	5%	63%	45%	25%	50%
A auditoria interna atua de forma independente	12%	-	13%	5%	-	5%	50%	40%	25%	50%
A auditoria interna auxilia a organização no processo de avaliação de seus riscos operacionais	25%	5%	-	-	12%	-	25%	45%	38%	50%
A auditoria interna apresenta e discute os pontos identificados de forma objetiva	-	5%	12%	-	-	9%	25%	55%	63%	31%
As atividades da auditoria interna estão alinhadas as estratégias da organização	-	5%	12%	5%	-	14%	75%	54%	13%	22%
O relacionamento da auditoria interna como os gestores é adequado	-	5%	-	-	13%	9%	50%	50%	38%	36%

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Os resultados evidenciados na tabela 9 mostram de modo geral que existe um bom relacionamento entre os auditores e *controllers*. Em sua maioria, percebe-se que os *controllers* tem uma melhor visão do relacionamento com os auditores.

Nota-se que os auditores discordam totalmente em um percentual de 12%, tanto em relação se a auditoria atua de forma independente, bem como, se a administração entende completamente a função da auditoria. No que se refere ao auxílio da auditoria no processo de avaliação dos riscos operacionais, os auditores também discordam totalmente com um percentual de 25%.

A pesquisa também solicitou aos respondentes que eles marcassem como classificam a qualidade dos serviços de auditoria na realização dos seus trabalhos, os resultados estão registrados na tabela 10.

Tabela 10 – Qualidade dos serviços de Auditoria

	Discordo Totalmente		Discordo Parcialmente		Indiferente		Concordo Parcialmente		Concordo Totalmente	
	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.	Aud.	Cont.
Os serviços de auditoria focam os riscos-chaves	12%	5%	12%	9%	-		38%	55%	38%	31%
Os testes de auditoria impactam o andamento dos trabalhos na área auditada	12%	-		4%	38%	9%	50%	73%		14%
As recomendações da auditoria contribuem para geração de valor a organização		5%	-		12%	-	75%	45%	13%	50%
Os resultados da auditoria atendem as expectativas	-		12%	5%			50%	90%	38%	5%

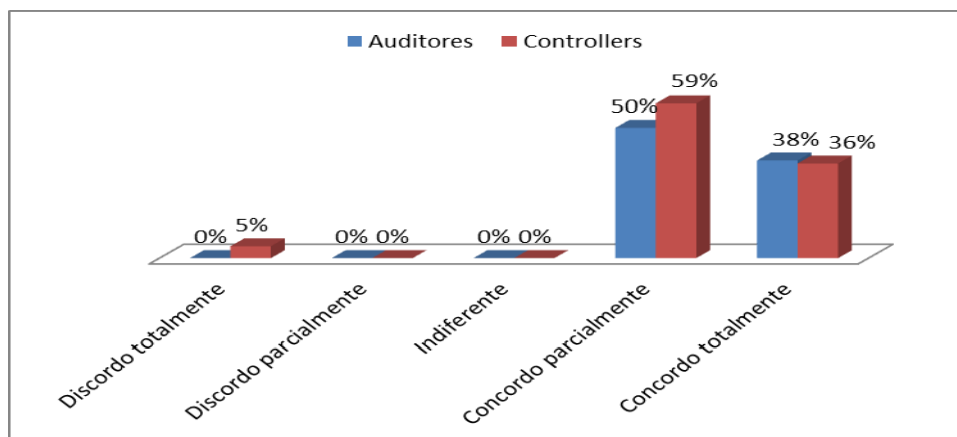
Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

De acordo com os dados evidenciados na tabela 10, observa-se que existem visões positivas entre os auditores e *controllers* no que diz respeito à qualidade dos serviços da auditoria. No que se refere a atender as expectativas dos resultados apontados pela auditoria, à pesquisa evidencia que 50% dos auditores e 90% dos *controllers* concordam parcialmente. Já em relação à contribuição das recomendações da auditoria para geração de valor a organização, 75% dos auditores concordam parcialmente e 50% dos *controllers* concordam totalmente, este aspecto reflete baixa resistência dos respondentes as contribuições da auditoria.

Os respondentes também “concordam parcialmente” que os testes de auditoria impactam no andamento dos trabalhos na área auditada, representando 50% dos auditores e 73% dos *controllers*. Em relação aos serviços de auditoria, se eles focam nos riscos chaves, 38% dos auditores concordam parcialmente e dos *controllers* 55% mostrando, segundo a pesquisa, que os *controllers* desse seguimento estão trabalhando efetivamente nos riscos empresariais.

Outro ponto que impacta o desempenho da auditoria interna, diz respeito à conscientização dos administradores sobre a importância do controle interno. Os resultados estão evidenciados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Conscientização dos administradores sobre a importância do controle interno



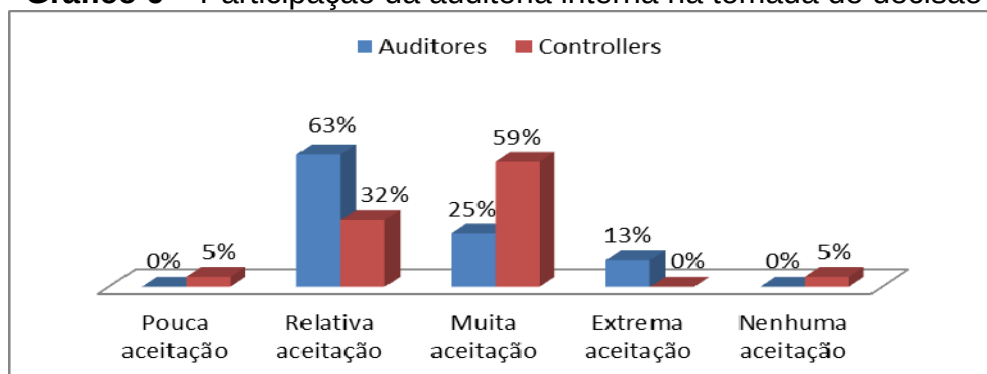
Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Conforme o gráfico 5, metade dos auditores 50% e 59% dos *controllers* “concordam parcialmente”, enquanto 38% dos auditores e 36% dos *controllers* “concordam totalmente” que a auditoria promove a conscientização dos administradores sobre a importância do controle interno. Apenas 5% dos *controllers* “discordam totalmente”, isso mostra que os *controllers* pesquisados desse seguimento conscientizam os administradores sobre a importância do controle interno.

4.5 Participação da Auditoria Interna na Tomada de Decisão

Os administradores tomam decisões constantemente, decisões estas que necessitam de informações oportunas e fidedignas, neste contexto, o auditor poderá fornecer informações com o intuito de orientação a cerca das decisões que são tomadas no cotidiano. A quinta seção evidencia qual a participação da auditoria interna na tomada de decisão e os dados coletados estão evidenciados no gráfico 6.

Gráfico 6 – Participação da auditoria interna na tomada de decisão



Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Com base no gráfico 6, pode-se afirmar que a maioria dos auditores 63%, acreditam que exista aceitação relativa na participação da auditoria interna na tomada de decisão, já com relação aos *controllers*, 59% acreditam que exista muita aceitação.

Conforme pesquisa, percebe-se que a auditoria interna vem ganhando espaço dentro da organização pesquisada quanto à participação na tomada de decisões.

A tabela 11 traz um cruzamento entre as respostas dos auditores e *controllers* relacionadas aos objetivos da pesquisa, para evidenciar de forma sintética os pontos mais bem conceituados segundo a visão dos respondentes e os que não foram considerados por eles como relevante.

Tabela 11 – Cruzamento entre as respostas dos Auditores e Controllers

	AUDITORES	CONTROLLERS
Importância da Auditoria Interna	75%	77%
Nível de Confiança da Auditoria Interna	25%	64%
Importância do Relatório da Auditoria Interna	88%	95%
Conscientização dos Administradores sobre a Importância da Auditoria Interna	88%	95%
Participação da Auditoria na Tomada de Decisão	25%	59%

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Com relação à importância da auditoria interna, os dados apontam que tanto os auditores quanto os *controllers* consideram a auditoria importante, 75% e 77% respectivamente. Já em relação ao nível de confiança, percebe-se que 64% dos *controllers* têm maior confiabilidade na auditoria do que os próprios auditores com 25%. No que concerne a importância do relatório da auditoria interna, 95% dos *controllers* acreditam ser mais importantes do que os auditores 88%. Outro ponto observado diz respeito à participação da auditoria na tomada de decisão, os resultados apontam que 59% dos *controllers* acham que existe muita aceitação, enquanto os auditores apenas 25%. Os dados apontam que os *controllers* têm uma visão mais positiva da auditoria interna do que os próprios auditores.

5 CONCLUSÃO

Considerando que uma das missões do auditor e do *controller* é avaliar os controles dentro da organização otimizando os resultados econômicos da empresa e auxiliando os gestores na tomada de decisão. Este trabalho teve como objetivo identificar qual a visão dos auditores e dos *controllers* em relação à auditoria interna nas cooperativas de crédito. Para coleta dos dados foi realizada uma pesquisa aplicando um questionário para 08 auditores e 26 *controllers* de um sistema de cooperativas de crédito Norte Nordeste.

Após a realização da pesquisa, observou-se que os auditores e *controllers* têm uma visão positiva da auditoria interna no que tange aos principais benefícios trazidos por ela, como: a importância da auditoria interna para a cooperativa, a confiança da auditoria, o relacionamento entre os auditores e *controllers*, a qualidade dos serviços de auditoria e a participação da auditoria interna na tomada de decisões. E no que diz respeito aos benefícios trazidos pela auditoria, a pesquisa evidenciou que para os pesquisados a principal relevância reside na verificação do cumprimento das normas internas e dos órgãos reguladores. Os auditores e os *controllers* também apontaram e identificaram os riscos de negócios e a diminuição de fraudes, corroborando com alguns autores disposto na revisão da literatura. Em relação à qualidade dos serviços da auditoria, a pesquisa pode observar que os *controllers* tem uma melhor visão no que diz respeito às expectativas dos resultados encontrados pela auditoria do que os próprios auditores, como também os *controllers* acreditam que os testes efetuados pela auditoria impactam os serviços na área auditada.

Diante dos resultados apresentados, esse estudo chegou à conclusão de que os auditores e *controllers* avaliam de forma positiva e indispensável à auditoria interna dentro da cooperativa de crédito no sistema Norte Nordeste.

5.1 Limitações do Estudo

O estudo realizado apresentou limitação a respeito da coleta de dados, tendo em vista que a pesquisa não foi presencial. Outro ponto limitante foi à dificuldade da coleta de dados, foram enviados vários e-mails e feitas várias ligações para os respondentes para a obtenção das respostas.

5.2 Sugestões para Futuros Trabalhos

Este estudo buscou contribuir para a realização de novos trabalhos acadêmicos, sugere - se que haja continuidade desta pesquisa em trabalhos futuros, objetivando avaliar as atividades dos auditores e dos *controllers*, avaliar as expressões descritas no relatório elaborado pela auditoria interna e seus impactos dentro das cooperativas, como também, a realização de novos trabalhos acadêmicos em outro segmento de atividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C.. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cartilha cooperativismo de crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=88&idpai=NOTICIAS>> acessado em: 20 de Outubro de 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - cooperativas de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp#1>. Acessado em: 14 de setembro de 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atualização mensal de dados** . Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNATUALMES>>. Acessado em: em 14 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto, 1.637, 05 de janeiro de 1907. Dispõe sobre a criação dos sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.

BRASIL. Decreto, 22.239, 19 de dezembro de 1932.Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637, 05 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas.

BRASIL. Presidência da República: Casa Civil. Lei 5.764, de 16 de Dezembro de 1964. **Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades**. Brasília, 1971.

BRASIL. Presidência da República: Casa Civil. Lei n 4.595, de 31 de Dezembro de 1964. **Dispões sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias**. Brasília, 1964.

Boucinhas & Campos Auditores Independentes. **Manual de auditoria externa para microfinanças**. Rio de janeiro: BNDES, 2002.

BORINELLI, M. L. **Estrutura Conceitual Básica de Controladoria: Sistematização a Luz da Teoria da Práxis**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W.G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, J.C. O. de. **Auditoria geral e pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Entidades Cooperativas. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/>> Acessado em: em 20 de setembro de 2013.

CLÓVIS, L. P. **Controladoria básica**. São Paulo: Thomson, 2004.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DELOITTE, A. **Auditoria Interna no Brasil**. Disponível em: <https://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/search/index.htm?searchKeywordsField=AUDITORIA+INTERNA+BRASIL&searchKeywordsFieldDefault=Pesquisar&searchBtn.x=9&searchBtn.y=10> Acesso em 08 de agosto de 2013

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANKE, W. **Direito das sociedades cooperativas**. São Paulo: Saraiva, 1973.

JUND, S. **Auditoria**: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KATAOKA, S. S. *et al.* **Controladoria x Auditoria Interna: um estudo sobre as atividades de controle interno nas empresas de grande porte no estado de Pernambuco**. 2010. Disponível em: <http://www.abccustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=3336>. Acesso em: novembro 2013.

LELIS, D. L. M.; PINHEIRO, L. E.T. Percepção dos Auditores e Controllers sobre as Práticas de Auditoria Interna em uma Empresa do Setor Energético. **Revista C contabilidade e finanças**. v. 23. n.60, p.212-222, set./ out./ nov./dez. 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo, Atlas 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição, São Paulo, Atlas 1985.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**: Seu papel na administração de empresas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAKAGAWA, M.. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 2009.

Normas Brasileiras de Contabilidade: auditoria interna: **NBC T12/Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2003.

OLIVEIRA, L. M. de; JÚNIOR, J. H. P.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**: conceito, estrutura, aplicação. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **O que é uma cooperativa de crédito**. Disponível em: < <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito/>> Acessado em: 10 de setembro de 2013.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Dados consolidados dos sistemas cooperativos**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/>>. Acessado: 02 de outubro de 2013.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 12 - Auditoria interna**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t12.htm>> Acesso em: 10 de outubro de 2013.

Resolução n. 2.554, 24 de setembro de 1998. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistemas de controles internos. Brasília: BACEN, 1998.

SÁ, A. L. de. **Curso de auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SEBRAE. Cooperativismo de Crédito. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/que-negocio-abrir/tipos/cooperativas>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2013.

SICREDI. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acessado em 10 de outubro de 2013.

SICOOB. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/site/conteudo/sistema_sicoob/>. Acessado em 10 de setembro de 2013.

SOUZA, R. B. de. Cooperativas de Crédito: do básico ao gerencial. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.

UNICRED. **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.unicrednne.com.br/site/>>. Acessado em: 15 de setembro de 2013.

VEDOVATTO, E. **A auditoria interna como ferramenta de gestão nas cooperativas de crédito**, 2009. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Dissertação, 2009.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Auditoria para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, S. A. A auditoria e os Sistemas de Controles Internos no Brasil: Antecedentes e Evolução. **Revista de economia mackenzie**. v.5. p.45 2007.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**

**PESQUISA SOBRE A VISÃO DA AUDITORIA INTERNA NAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO EM UM SISTEMA NORTE NORDESTE**

BLOCO A (Auditores)

BLOCO B (*Controllers*)

Visão dos Auditores

***Obrigatório**

1. Qual o seu gênero: *

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Informe sua idade *

☐ 18 a 25 anos

☐ 26 a 35 anos

☐ 36 a 45 anos

☐ 46 anos acima

3. Informe seu grau de Instrução: *

☐ Graduação

☐ Especialização

☐ Mestrado

☐Doutorado

4. Qual sua formação acadêmica? *

☐Contabilidade

☐Administração

☐Economia

☐Outro: _____

5. Informe a idade da cooperativa *

☐1 a 5 anos

☐6 a 10 anos

☐11 a 15 anos

☐16 anos acima

6. Informe quanto tempo trabalha na cooperativa *

☐1 a 5 anos

☐6 a 10 anos

☐11 a 15 anos

☐16 anos acima

7. Na sua percepção porque nas cooperativas existem auditoria interna? *

☐Exigência do órgão regulador (BACEN)

☐Por determinação da administração

8. Na sua visão qual(is) o(s) principal(is) benefício(s) trazidos pela auditoria interna? *

☐Diminuir a ocorrência de fraudes

☐Identificar os riscos do negócio

☐Verificar o cumprimento das normas internas e dos órgãos reguladores

☐Auxiliar a organização nas estratégias de negócios

☐Otimizar as receitas

☐Reduzir os custos

☐Oferecer vantagem competitiva as atividades da organização

☐Outro: _____

9. Na sua opinião qual o grau de importância da auditoria interna dentro da cooperativa? *

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

() () () () () () () () () ()

10. Qual a participação da auditoria interna no processo de tomada de decisão? *

() Pouca aceitação

() Relativa aceitação

() Muita aceitação

() Extrema aceitação

() Nenhuma aceitação

11. Existe aceitação em relação aos apontamentos encontrados? *

() Pouca aceitação

() Relativa aceitação

() Muita aceitação

() Extrema aceitação

() Nenhuma aceitação

12. Relacionamento entre auditores e controllers *

	DiscordoTotalm ente	DiscordoParcialm ente	Indifere nte	ConcordoParcialm ente	ConcordoTotalm ente
A administração entende completamente a função da auditoria					
A auditoria interna atua de forma independente					
A auditoria interna auxilia a organização no processo de avaliação					

de seus riscos operacionais					
A auditoria interna apresenta e discute os pontos identificados de forma objetiva					
As atividades da auditoria interna estão alinhadas as estratégias da organização					
O relacionamento da auditoria interna com os gestores é adequado					

13. Qualidade dos serviços de auditoria *

	DiscordoTotalmente	DiscordoParcialmente	Indiferente	ConcordoParcialmente	ConcordoTotalmente
Os serviços de auditoria focam nos riscos chave					
Os testes de auditoria impactam o andamento dos trabalhos da área auditada					
As recomendações					

ões da auditoria contribuem para geração de valor a organização					
Os resultados da auditoria atendem as expectativas					

14. A auditoria interna promove conscientização dos administradores sobre a importância do controle interno? *

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

15. Na sua opinião qual a importância do relatório elaborado pela auditoria interna? *

- ☐ Pouca importância
- ☐ Relativa importância
- ☐ Muita importância
- ☐ Extrema importância
- ☐ Nenhuma importância

16. Na sua opinião qual o nível de confiança da auditoria interna? *

- 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
- ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

17. A auditoria interna ocorre semestralmente, na sua opinião deveria ser em quanto tempo? *

- ☐ Bimestralmente
- ☐ Trimestralmente
- ☐ Semestralmente
- ☐ Anualmente